



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**ALYNE FREITAS DA SILVEIRA  
THALITA GARCIA DA SILVA CAXILÉ**

**A CAPACITAÇÃO DOS EDUCADORES FRENTE AO ENSINO DE CRIANÇAS  
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

**FORTALEZA  
2022**

**ALYNE FREITAS DA SILVEIRA  
THALITA GARCIA DA SILVA CAXILÉ**

**A CAPACITAÇÃO DOS EDUCADORES FRENTE AO ENSINO DE CRIANÇAS  
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Projeto de pesquisa apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Psicologia do Centro Universitário Fametro – como requisito parcial para aprovação na disciplina.

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Esp. Karen Crisostomo

**FORTALEZA**

**2022**

**ALYNE FREITAS DA SILVEIRA  
THALITA GARCIA DA SILVA CAXILÉ**

**A CAPACITAÇÃO DOS EDUCADORES FRENTE AO ENSINO DE CRIANÇAS  
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Projeto de pesquisa apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Psicologia do Centro Universitário Fametro – como requisito parcial para aprovação na disciplina.

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Esp. Karen Crisostomo

---

**Esp. Karen Stefanny Crisostomo Ramos**  
**Orientador(a) – Centro Universitário Fametro**

---

**Prof<sup>o</sup> Ms. José Pereira Maia Neto**

---

**Ma. Maria Neurismar Araújo de Souza**  
**Membro - Universidade Estadual do Ceará**

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	6
2.	METODOLOGIA.....	8
3.	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	8
3.1.	TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	8
3.2.	INCLUSÃO ESCOLAR E PAPEL DA ESCOLA.....	10
3.3.	PAPEL DO PROFESSOR .....	13
3.4.	CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	14
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17

## RESUMO

A Inclusão Escolar vem ocupando um papel de maior relevância na sociedade devido a prevalência de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que também ampliou a necessidade de matrículas dessas crianças nas escolas. Esse cenário requer a presença de profissionais da educação capacitados para promover o ensino-aprendizagem dessas crianças. Porém, a ausência de capacitação adequada dos profissionais da educação acerca do TEA e manejos inadequadas para lidar com tais crianças podem comprometê-las no processo de desenvolvimento escolar, promovendo-as um ensino limitado. Este trabalho objetiva analisar o que a literatura aborda sobre a capacitação dos profissionais e compreender como essa capacitação está relacionada ao desenvolvimento de crianças com TEA. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, realizada através de artigos científicos. Através da análise dos artigos, foi identificado que os educadores de crianças com TEA em sua maioria não possuem capacitação adequada para proporcionar o ensino de tais alunos.

## ABSTRACT

School Inclusion has played a major role in society due to the prevalence of people with Autistic Spectrum Disorder (ASD), which has also increased the need for these children to be enrolled in schools. This scenario requires the presence of specialized professionals to promote teaching and learning for these children. However, the lack of adequate training and knowledge regarding ASD and inadequate management of how to deal with (ASD) can compromise their learning process in the schools, promoting limited teaching. This work aims to analyze what written works addresses about the training of professionals and understand how this training is related to the development of ASD children. This is a bibliographic research, with a qualitative approach, carried out through scientific articles. Through the analysis of the articles, it was identified that the professionals in this area, for the most part, do not have adequate training to provide teaching for such students.

**Palavras-chave:** Autismo. Inclusão Escolar. Capacitação profissional. Escola.

## 1. INTRODUÇÃO

Muito se tem estudado sobre o autismo, que atualmente, segundo Portolese et al (2017) a partir de estudos realizados na Europa e Estados Unidos, foi constatado uma crescente prevalência de diagnósticos, sendo aproximadamente, trinta vezes a mais do que os dados anteriores. Assim, o número de alunos autistas matriculados nas escolas também tem crescido, sendo necessário pensar em intervenções que assegurem a sua inclusão neste ambiente, visto que a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva garante a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) o seu direito à educação e a inclusão escolar (BRASIL, 2008).

Logo, o presente trabalho de conclusão de curso (TCC) tem por objetivo analisar o que a literatura aborda sobre a capacitação dos educadores e compreender como essa capacitação está relacionada ao desenvolvimento escolar de crianças com TEA que estão cada vez mais inseridas no ambiente escolar.

Acerca do Transtorno do Espectro Autista (TEA), de acordo com Almeida e Neves (2020) as primeiras descobertas aconteceram pelo psiquiatra Leo Kanner em 1943 e sua definição desenvolveu-se principalmente com a admissão do espectro na 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V, que o transformou em “Transtorno do Espectro Autista” e o incluiu no Transtorno Global do Desenvolvimento.

É caracterizado por prejuízo na comunicação social recíproca, na interação social e nos padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário (APA,2014). Conforme o autor Portolese et al (2017), no Brasil ainda não há estudos epidemiológicos representativos acerca do índice de crianças com TEA; mas em um estudo piloto foi apontado uma prevalência de 2,7 por 1000.

Segundo o Art.29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, 1996), a escolarização se inicia com o segmento da Educação Infantil que proporciona e auxilia diretamente o desenvolvimento integral de crianças de até cinco anos em múltiplos aspectos, como físico, psicológico, intelectual e social através da educação básica. Dessa forma, é o contexto educacional que promove aos alunos um processo constante de ensino, aprendizagem e desenvolvimento de habilidades em áreas

distintas além das previstas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (FAIAL, et al.2016).

Como um ambiente de inclusão e aprendizado, a escola também promove o ensino para pessoas com deficiência, conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Nº 13.146 (BRASIL, 2015), incluindo pessoas com Transtorno do Espectro Autista, que se insere como uma deficiência em razão da disfunção global do desenvolvimento a partir do que é descrito na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Dessa forma, de acordo com Sousa (2015), o professor é o principal responsável por mediar a socialização da criança com autismo no ambiente escolar, visto que é ele quem estabelece os primeiros contatos com a criança. Dessa forma, é de sua responsabilidade efetivar o processo de inclusão através do planejamento educacional que atenda às necessidades dos alunos. Porém, muitos professores não se sentem preparados para atender o público autista, apresentando insuficiência de conhecimentos e capacitação adequada para atender as demandas desse público, além de não compreenderem as propostas de inclusão escolar.

Portanto, conforme Silva, Pedro e Jesus (2017) para promover o ensino eficaz torna-se necessário adequar e capacitar os profissionais da educação, como professores e equipe pedagógica, não apenas nível teórico, como também prático, a fim de ensinar de modo que todos aprendam, enfatizando o aprendizado e não a deficiência, proporcionando a inclusão dos alunos com TEA. Além disso, é importante perceber que, os profissionais atuantes na instituição dispõem da responsabilidade de fazer cumprir a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146 (BRASIL,2015), de modo a delinear estratégias para promover a educação e o desenvolvimento desses indivíduos, adaptando as condições e metodologias oferecidas, a fim de proporcionar um ensino adequado.

Diante do que foi exposto, o presente estudo torna-se relevante devido a crescente prevalência de diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista. Somado a isso, através das pesquisas e das vivências práticas com crianças autistas, foi identificado a insuficiência de conhecimentos e capacitação adequada dos profissionais atuantes na educação infantil para atender as demandas desse público. Desse modo, o estudo pode proporcionar, através dos dados coletados, uma nova

perspectiva acerca das estratégias que os profissionais podem utilizar para fornecer um ensino de qualidade a esse público em questão.

Consideremos então os seguintes questionamentos: “Os profissionais da educação estão capacitados para lidar com as demandas?” e “Como estão sendo utilizadas as estratégias de ensino?”.

## **2. METODOLOGIA**

Em relação a metodologia, o estudo foi composto por uma revisão bibliográfica, que de acordo Marconi e Lakatos (2003, p.188), é uma etapa que auxilia na compreensão do problema em questão, assim como quais estudos foram realizados acerca da temática. A pesquisa tem abordagem qualitativa, que conforme Gerhardt e Silveira (2009), utiliza-se de métodos que não quantificam valores numéricos, dessa forma, busca compreender e explicar fenômenos sociais. Devido a isso, os descritores utilizados foram: autismo, escola, professores, inclusão escolar e capacitação.

Os dados foram coletados por meio do uso de artigos científicos, seguindo critérios de inclusão e exclusão. Dentre os critérios de inclusão estão: artigos científicos publicados em revistas científicas, nacionais, entre os anos de 2012 à 2020, contendo os descritores “autismo”, “escola”, “professores” e “inclusão”. Já os critérios de exclusão são monografias, dissertação de mestrado, tese de doutorado, e trabalhos publicados antes de 2012 e depois de 2020. Utilizando-se do mesmo modo leis acerca do autismo, inclusão e educação.

Para responder aos objetivos propostos foi determinado como um dos critérios de inclusão o conteúdo dos títulos e resumos que tinham conexão com Autismo, Inclusão e Escola. Outros critérios selecionados foram a publicação ser em Língua Portuguesa com data de publicação entre 2012 e 2020.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **3.1. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Historicamente, o estudo sobre o Autismo começou em 1943 por Leo Kanner, um psiquiatra que percebeu que as crianças tinham certos comportamentos e

características atípicas em relação à outras crianças, como se isolar e ter dificuldades em relações afetivas, denominando inicialmente de Distúrbio Autístico do Contato Afetivo. Posteriormente, em 1944 Asperger, outro psiquiatra, propôs estudar sobre o autismo apresentando a definição de um distúrbio de “Psicopatia Autística”, na qual é manifestada por transtorno severo na interação social, prejuízo da fala, dificuldade motora e prevalência no sexo masculino (MARFINATI E ABRÃO, 2014).

A definição de autismo desenvolveu-se, principalmente, com a admissão do espectro que se transformou em “Transtorno do Espectro Autista” (TEA), na 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-V (ALMEIDA E NEVES, 2020). De acordo com o DSM - V (APA, 2013), o autismo faz parte do Transtorno Global do Desenvolvimento caracterizado por prejuízo na comunicação social recíproca, na interação social e nos padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Em relação às características do TEA, pode-se mencionar a comunicação em que apresenta déficits na linguagem, como atraso ou ausência total da fala, podendo apresentar dificuldade em começar ou permanecer em uma conversa, com uso estereotipado e repetitivo da linguagem. Na interação social, possui dificuldade em fazer amizades, expressar e compartilhar emoções e apresenta bloqueio para comunicar-se com expressão corporal e facial. A pessoa autista apresenta comportamentos restritos, estereotipados e repetitivos, como o uso de objetos de maneira repetitiva, rituais de comportamentos, intensa adesão a rotinas e resistência a mudanças (APA,2014).

De acordo com a 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (p.52), o autismo apresenta-se em três níveis de gravidade:

O nível 1 ‘Exigindo apoio’, em que na ausência de apoio apresentam dificuldade em iniciar interações sociais, trocar de atividades e problemas de organização e planejamento. O nível 2 ‘Exigindo apoio substancial’, tem déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal, mesmo com a presença de apoio tem prejuízo social [...], há respostas reduzidas ou anormal diante de aberturas sociais que parte do outro. O nível 3 ‘Exigindo apoio muito substancial’, tem dificuldade grave nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal, grande limitação em iniciar interações sociais [...], inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança [...], grande sofrimento/dificuldade para mudar focos ou ações.

Tais níveis podem variar a depender de algumas condições, como o desenvolvimento do indivíduo, a gravidade do autismo apresentada e idade cronológica, caracterizando-se desta forma como um espectro (APA, 2014). Com a criação em 2000, do Autism and Developmental Disabilities Monitoring (ADDM), pela Center of Diseases Control and Prevention (CDC), uma rede que se ocupa das estimativas e prevalência de TEA nos Estados Unidos, as estatísticas do autismo se tornaram mais acessíveis. Na primeira pesquisa realizada em 2000, havia uma prevalência de 0,66% dos casos; com uma criança autista para cada 150 crianças examinadas. Posteriormente o número de casos aumentou significativamente, de maneira que a última estimativa sinalizou um autista para cada 68 crianças, concluindo a prevalência de 1,47% (ALMEIDA E NEVES, 2020).

### **3.2. INCLUSÃO ESCOLAR E PAPEL DA ESCOLA**

A educação como parte imprescindível do desenvolvimento infantil é mencionada na Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 205, como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Tornando-se assim, conforme Cury et al (2020) um ambiente fundamental que contribui na aprendizagem e desenvolvimento de aspectos biopsicossociais nos sujeitos, tais como intelectual, social, emocional, físico e cultural, auxiliando na sua formação e desenvolvimento da sociedade.

Para além do saber científico e conteúdo do plano pedagógico a ser transmitido na instituição, Silva e Ferreira (2014) apontam que a escola possibilita que as crianças desenvolvam suas habilidades, tais como a socialização com vivências de troca de papéis, a construção e acesso a novos conhecimentos e experiências sobre o mundo e inserção da cultura. Ademais, Ribeiro e Pereira (2019) relatam que nesse ambiente escolar também se tem acesso a saberes de negociação e resolução de conflitos, construção de novos comportamentos, dentre outros. Percebe-se assim que a escola pode contribuir positivamente na construção do indivíduo em sua subjetividade e demais aspectos que permeiam esse processo.

A escola promove do mesmo modo, de acordo com Camargo e Bosa (2012), uma interação entre pares que proporcionam diversos resultados benéficos para o desenvolvimento das crianças, como a aquisição e/ou execução de habilidades

sociais, cognitivas, de comunicação, cooperação, além de auxiliar na construção de autoconhecimento. Sendo aspectos fundamentais a serem trabalhados com crianças com TEA, visto que as demandas sociais são dificuldades comuns dentro do Transtorno e sua ausência impossibilita, de certo modo, o acesso a novos conhecimentos.

Como um ambiente de inclusão e aprendizado, a escola também promove o ensino para pessoas com deficiência, conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Nº 13.146 (BRASIL, 2015), incluindo pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) o qual se insere como uma deficiência em razão da disfunção global do desenvolvimento. Somando-se a isso, alunos com TEA e demais deficiências ou altas habilidades precisam ter o direito de acessar a educação como todos os demais alunos, estando matriculados na rede regular de ensino, sendo fornecido Atendimento Educacional Especializado (AEE) (BRASIL, 2008).

Conforme Nunes, Azevedo e Schimidt (2013) o Atendimento Educacional Especializado (AEE) busca auxiliar em relação aos recursos pedagógicos, promovendo maior acessibilidade a tais, assim como uma participação dos alunos nas redes de ensino. Sendo importante mencionar que, tais atividades desenvolvidas durante o AEE não substituem o ensino regular, visto que, são atividades complementares ao ensino e inclusão desses alunos.

Ainda segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Nº 13.146 (BRASIL, 2015), a instituição escolar dispõe da responsabilidade de capacitar os profissionais da educação que atuam com crianças com deficiência. Sendo que, esta capacitação deve ser fornecida a todos os profissionais desde o início de seu trabalho na instituição, bem como no decorrer dele.

Inserindo-se dessa forma a Educação Inclusiva, em que se pode compreender a partir da Declaração de Salamanca (1994, 2003) que as escolas devem receber as crianças independentemente de suas condições, de modo que a educação ocorra igualmente independente das dificuldades que possam dispor. Assim, conforme mencionado por Nascimento e Cruz (2014, p.381) essa inclusão escolar “possibilita a convivência com a diferença, com a diversidade”. Compreendendo-se que a escola se torna um ambiente de aprendizagem para todos os envolvidos, além de promover a convivência entre crianças típicas e atípicas.

Nesse contexto, pode-se mencionar a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Nº 12.764 de 11 de dezembro de 1990, que garante a essas pessoas a sua matrícula em escolas de ensino regular, não podendo ser recusada, e a partir da comprovação de suas necessidades, terá direito à um acompanhamento especializado. Conforme o Art. 2º, do capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, a escola deve fornecer condições de ensino e adaptações adequadas a fim de promover um ensino de qualidade. Essas adaptações são essenciais para a promoção da inclusão e ressaltam os direitos da pessoa com autismo, promovendo o acesso a uma educação igualitária.

Portanto, Paula e Peixoto (2019) abordam que a escola e demais profissionais atuantes na instituição dispõem da responsabilidade de fazer cumprir a lei e auxiliem como mediadores no processo de inclusão, de modo a delinear estratégias adequadas para promover a educação e o desenvolvimento desses indivíduos, desenvolvendo os alunos a partir de suas necessidades. Ressaltando que, cumprir a lei também envolve a capacitação do corpo docente.

Camargo e Bosa (2012) e Nunes, Azevedo e Schimidt (2013) abordam a perspectiva acerca do ensino de crianças com TEA, em que o processo de inclusão escolar é fundamental para o desenvolvimento dessas crianças, de suas habilidades sociais e no desenvolvimento de novos comportamentos.

Progressivamente, ainda segundo Camargo e Bosa (2012), a inclusão vem ocupando um papel de maior relevância na sociedade devido a prevalência de pessoas com TEA estar aumentando, fazendo com que conseqüentemente o número de alunos autistas matriculados também cresçam significativamente. Desse modo, enfatiza-se a importância de se obter conhecimentos fundamentados acerca das especificidades do desenvolvimento dessas crianças, a fim de embasar adequadamente a implementação de ações pedagógicas para tais alunos.

Porém, conforme Marcia Alves (2015) apesar do que é abordado nas leis e demais políticas de inclusão, que salientam acerca do modo como deve ser apresentado o ensino de conteúdo do plano pedagógico para os alunos com TEA, ainda sim é comum que as escolas enfatizem o ensino de habilidades de socialização em relação aos demais conteúdos escolares, não sendo está a finalidade da instituição. Portanto, Nunes, Azevedo e Schimidt (2013), ressaltam que se deve refletir

acerca das possibilidades e condições de ensino a serem oferecidas a esses alunos, a fim de ensiná-los de forma igualitária aos demais, visto que, o diagnóstico de TEA não inviabiliza as possibilidades de a criança adquirir novos conhecimentos acerca dos conteúdos pedagógicos, há apenas um diferencial no modo em que ela aprende.

Para auxiliar no processo de ensino aprendizagem nas escolas, assim como na inclusão dos alunos com TEA, Parra (2009) citado por Nunes, Azevedo e Schimidt (2013), aborda sobre o Acompanhante Terapêutico (AT) como um sujeito auxiliador desse processo, sendo um profissional que atua de forma conjunta com os alunos em relação as suas especificidades e demandas previamente analisadas, proporcionando uma maior autonomia deste indivíduo no ambiente escolar. Este profissional deve atuar de modo articulado com a equipe pedagógica da instituição, podendo colaborar positivamente na compreensão da equipe acerca de tais alunos e seus desafios.

### **3.3. PAPEL DO PROFESSOR**

Sousa (2015) compreende que o professor é o principal responsável por mediar a socialização da criança com autismo no ambiente escolar, como também em adequar as metodologias de ensino para que atendam às especificidades dos mesmos. Visto que, é ele quem estabelece os primeiros contatos com a criança, sendo sua responsabilidade efetivar o processo de inclusão e de aprendizagem dos conteúdos, sendo essencial uma preparação apropriada para realizar tais atividades.

Ainda segundo o autor, é importante o professor conhecer as características individuais dos seus alunos, além de ter conhecimento acerca do TEA para saber identificar as dificuldades que permeiam o aluno, para que assim tenha propriedade na sua prática pedagógica visando a inclusão e o desenvolvimento em sala de aula.

Nessa perspectiva, Oliveira, Amorim e Bello (2017) abordam que o professor tem um importante papel no processo de aprendizagem do aluno, tendo que levar em consideração a etapa do desenvolvimento da criança autista, bem como as suas necessidades, interesses e habilidades já adquiridas para que, a partir disso, ele consiga propor atividades que sejam adequadas para o ensino desses alunos.

Os autores também mencionam que, deve-se observar e avaliar o aluno autista constantemente, visto que as atividades devem tornar-se gradativamente mais

complexas, a partir da sua atuação nas práticas avaliativas e desenvolvimento que o aluno desempenha em sala de aula.

Em contraponto, Vieira, Rosa e Freire (2017) relatam que os professores tendem a enfatizar os comprometimentos das crianças ao invés das habilidades que ela tem ou precisa desenvolver, afetando negativamente na condução de seu ensino. Desse modo, é essencial promover orientação e capacitação aos professores e equipe pedagógica para que possam compreender as novas perspectivas de ensino e terem acesso a conhecimentos especializados e informações acerca do TEA.

Assim, Paula e Peixoto (2019) alegam que a partir dessa capacitação os profissionais da educação poderão atuar de forma mais benéfica no ensino de seus alunos, podendo identificar adequadamente suas necessidades e adaptar as metodologias utilizadas da melhor forma, tornando-se um mediador do processo de ensino- aprendizagem e desenvolvimento cognitivo, intelectual e social das crianças, sendo um dos papéis desse profissional.

### **3.4. CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Conforme os aspectos abordados acerca do papel do professor e as habilidades e conhecimentos necessários para executar essa função, Campos e Fernandes (2016) trazem a perspectiva que os profissionais da instituição escolar nem sempre possuem capacitação adequada para educar, ensinar e lidar com a realidade e desafios que permeiam a inclusão de crianças com TEA. Além disso apresentam também a dificuldade em como conduzir as especificidades de seus alunos autistas especificidades, como por exemplo, comportamentos estereotipados e as demais limitações que requerem a educação dessas crianças.

Logo, essa insuficiência na formação dos profissionais e ausência de conhecimentos adequados acerca no TEA impacta no desenvolvimento das crianças e a educação fornecida pelos profissionais torna-se limitada. Desse modo, Vieira, Rosa e Freire (2017) mencionam como é primordial que os professores e educadores busquem manter-se habilitados e participando de formações continuadas, visto que, a falta de informações impacta de forma direta no processo de ensino-aprendizado dos alunos.

Para além de uma formação adequada, Oliveira, Amorim e Bello (2017) citam que as metodologias de ensino utilizadas pelo professor têm que variar conforme cada criança, levando em consideração as suas demandas e características, isto que cada criança com TEA é única e apresentam necessidade específicas a serem trabalhadas. Com isso, é importante que o professor respeite as limitações do aluno e proponha atividades incentivadoras e estimulantes para o seu desenvolvimento naquele espaço.

Oliveira, Amorim e Bello (2017) abordam do mesmo modo a importância de haver uma preparação antecipada acerca da rotina escolar com os alunos com TEA por parte dos professores, acerca do que vai ser feito, para que ao aluno realizar tal atividade, possa estar apto para executá-la. Assim como, os profissionais da educação precisam ter conhecimento acerca da variedade de recursos que podem utilizar para auxiliar o ensino em sala de aula, como recursos visuais, sendo está uma metodologia de ensino imprescindível para este público.

Os recursos visuais auxiliam, ainda segundo Oliveira, Amorim e Bello (2017), na compreensão visual de demandas, instruções e solicitações do ambiente escolar e tarefas a serem realizadas, podendo exemplificar-se com figuras representativas das atividades escolares e ações de vida diária, como lavar mãos, lanche e ir ao banheiro. Esses recursos podem ser apresentados de diversas maneiras, usando desde cores, fotos, desenhos, palavras, dentre outras possibilidades.

Além dos recursos concretos para adaptação escolar de crianças autistas, torna-se necessário adequar necessário do mesmo modo saber como adequar as condições físicas da escola e sala de aula, como por exemplo, apresentar menos estímulos sensoriais para que o aluno possa se organizar de forma sensorial, cognitiva e emocional com maior facilidade quando necessário. Para manejar tais recursos de forma adequada e de modo que atenda às necessidades dos alunos em questão, a capacitação dos profissionais irá auxiliá-los em como saber utilizá-los.

Para que os alunos com TEA possam compreender melhor as atividades escolares, é necessário que haja uma adaptação tanto do modo que a atividade será realizada pelo aluno, como dos materiais utilizados. Para isso, deve-se utilizar de recursos atrativos na produção das atividades, visto que a estética dela é um elemento fundamental para a captação da atenção da criança, devendo-se atentar a características como cores, formas e harmonia (OLIVEIRA, AMORIM E BELLO.

2017). Assim, as crianças com TEA que possuem habilidades de comunicação limitada poderão comunicar-se de maneira alterativa através de tais imagens.

Diante do que foi exposto, Silva, Pedro e Jesus (2017) complementam a perspectiva de capacitação ressaltando a necessidade de que os profissionais da educação possuam um olhar diferenciado e humanizado para com os alunos, a fim de ensinar de modo que todos aprendam, enfatizando o aprendizado e não a deficiência.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Inicialmente, este trabalho tinha como proposta desenvolver uma pesquisa de campo com os profissionais da educação de uma instituição escolar, porém, foi realizada uma revisão bibliográfica que buscou analisar sobre a capacitação dos educadores frente ao ensino de criança TEA e compreender como essa capacitação está relacionada ao desenvolvimento escolar dessas crianças.

Diante da pesquisa bibliográfica realizada, identificou-se uma capacitação insuficiente dos profissionais da educação para manejar o ensino e demais comportamento da criança com TEA, havendo do mesmo modo, desconhecimento acerca do transtorno.

Através disso, foi possível compreender que a ausência de capacitação adequada impacta negativamente no modo como o ensino é proporcionado para os alunos com TEA, fazendo com que os profissionais nem sempre consigam de fato realizar a inclusão e ensino de crianças com TEA.

Outro dado encontrado durante a pesquisa foi o fato de que, mesmo havendo uma crescente prevalência de crianças com TEA, ainda assim, não há muitos estudos acerca da capacitação profissional e adaptações de materiais a serem realizadas, dificultando a promoção de um processo de ensino-aprendizagem eficiente para tais alunos.

A pesquisa contribuiu significativamente com a ampliação do embasamento teórico acerca de alunos com TEA e sua inserção no ambiente escolar, colaborando desse modo para a formação de futuras profissionais da Psicologia.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maíra Lopes; NEVES, Ana Maria Silva. **A Popularização Diagnóstica do Autismo: uma Falsa Epidemia?** *Psicol. cienc. prof.* 40, Oct-Dec, Uberlândia, 2020.

ALVES, Marcia Doralina. **Alunos com autismo na escola: um estudo de práticas de escolarização.** 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da república federativa do Brasil.** Brasília: [s. n.], 1988. Disponível em: <https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/ref/abnt>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. [Constituição (1996)]. **Diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: [s. n.], 1996.

BRASIL. [Constituição (2009)]. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica: RESOLUÇÃO Nº 4.** BRASÍLIA: [s. n.], 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. [Constituição (2015)]. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Brasília, DF: [s. n.], 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011, P.229.

BRASIL. Lei no 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** [S. l.], 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília. 2008.

CAMARGO, Sígila; BOSA, Cleonice Alves. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura.** *Psicol. Soc.* vol.21 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2009.

CAMARGO, Sígila; BOSA, Cleonice Alves. **Competência social, inclusão escolar e autismo: um estudo de caso comparativo.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 28, p. 315-324, 2012.

CAMPOS, Larriane. FERNANDES, Fernanda. **Perfil escolar e as habilidades cognitivas e de linguagem de crianças e adolescentes do espectro do autismo.** CoDAS. 2016.

CURY, et al. **O Aluno com Deficiência e a Pandemia.** Instituto Fabris Ferreira. 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** UNESCO. 2003

FAIAL, et al. **A escola como campo de promoção à saúde na adolescência: revisão literária.** v. 7 n. 2. 2016. Revista Pró-UniverSUS

GERHARDT, Engel; SILVEIRA, Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Plageder, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** In: **Fundamentos da metodologia científica.** 1993.

**Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARFINATI, Anahi Canguçu; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. **Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo.** Estilos clin. vol.19 no.2 São Paulo ago. 2014.

NASCIMENTO, Fabiana; DA CRUZ, Mara. **Da realidade à inclusão: uma investigação acerca da aprendizagem e do desenvolvimento do/a aluno/a com transtornos do espectro autista–TEA nas séries iniciais do I segmento do ensino fundamental.** Revista Polyphonia, v. 25, n. 2, p. 51-66, 2014.

NUNES, Debora; AZEVEDO, Mariana; SCHMIDT, Carlo. **Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura.** Revista Educação Especial, v. 26, n. 47, p. 557-572, 2013.

OLIVEIRA, Amanda; AMORIM, Jéssica; BELLO, Adriane. **Desafios do professor que trabalha com aluno autista.** TCC-Pedagogia. Mato Grosso. 2018.

PAULA, Jessyca. PEIXOTO, Mônica. **A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades.** Cadernos da Pedagogia. Vol.13.2019.

PORTOLESE et al. **Mapeamento dos serviços que prestam atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista no Brasil.** Cad. PósGrad. Distúrb. Desenvolv. vol.17 no.2 São Paulo, 2017.

RIBEIRO, Juliana. PEREIRA, Emerson. **A influência do ambiente escolar no desenvolvimento das crianças autistas.** 2019.

SILVA, Luís. FERREIRA, Tarcísio. **O papel da escola e suas demandas sociais.** **Periódico Científico Projeção e Docência.** v.5. nº2. 2014.

SILVA, Berenice. PEDRO, Vanize. JESUS, Eliane. **Educação Inclusiva.** Revista Científica Semana Acadêmica. 2017.

SOUSA, Maria. **Professor e o autismo: desafios de uma inclusão com qualidade.** 2015. Especialização Educação Especial. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

VIEIRA, Neuza. ROSA, Sandra. FREIRE, Raísa. **Inclusão escolar de alunos com autismo: o que diz a literatura.** 2017.